

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.727 - SP (2019/0293378-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **MARCIO ROBERTO SILVA CORREA**
ADVOGADOS : **MÁRCIO ANTÔNIO CAZU - SP069122**
 : **RAFAEL VALÉRIO MORILLAS - SP315113**
AGRAVADO : **CARLOS OEHLMEYER**
AGRAVADO : **MARIA PALMYRA CHRISTIANO DE OLIVEIRA CAMPOS**
 : **OEHLMEYER**
AGRAVADO : **CRISTINA MARIA RUGGIERO VILLANI**
AGRAVADO : **DANIEL RUGGIERO VILLANI**
AGRAVADO : **THIAGO RUGGIERO VILLANI**
AGRAVADO : **CRISTINA MARIA RUGGIERO VILLANI**
ADVOGADO : **CAESAR AUGUSTUS F S ROCHA DA SILVA - SP146138**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. TESE DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E OFENSA À COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE DISPENSA DO PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Marcio Roberto Silva Correa contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, que desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 730):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Ação de rescisão contratual cumulada com perdas e danos - Cumprimento de sentença - Decisão agravada que rejeitou a impugnação ofertada pelo agravante - Alegação de ausência de litisconsórcio ativo necessário unitário - Nulidade afastada - Denúnciação da lide descabida nesta fase

processual - Possibilidade de extensão da responsabilidade pela dívida exequenda aos associados porque o patrimônio da associação se confunde com o deles - Subrogação dos adquirentes nos direitos, nas obrigações e nos encargos relativos à incorporação - Adquirentes responsáveis pelo adimplemento de sua quota-parte na obrigação como também ao pagamento dos juros a ela correspondentes, desde seu termo inicial - Inexistência de hipótese que autorizaria a aplicação das sanções por litigância de má-fé - Manutenção da decisão agravada. Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 827-831).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 738-814), o recorrente, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegou, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 44, I, 50, 53, 54, III, 349, 394, 395, 396 e 1.225, parágrafo único, do Código Civil de 2002; 47 do Código de Processo Civil de 1973; e 114, 116, 141, 485, § 3º, 489, 492 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, em síntese, a ausência de prestação jurisdicional e de fundamentação; a existência de autonomia patrimonial da pessoa jurídica, não devendo estender a responsabilidade da Associação aos associados; e a ilegitimidade passiva.

Aduziu ainda a reforma do *decisum* com base nos seguintes fundamentos: **a)** ilegitimidade do associado pelas consequências advindas da responsabilidade civil contratual firmada entre o vendedor do imóvel para construção do empreendimento e a Encol, além de que o pedido feito pelos recorridos viola a coisa julgada, devendo ser determinada a extinção do incidente de cumprimento de sentença; **b)** a desconsideração da personalidade jurídica da associação não poderia ser determinada, tendo em vista a ausência dos requisitos previstos no art. 50 do Código Civil, inexistindo fundamento capaz de amparar a responsabilidade dos associados pela dívida em discussão; **c)** necessidade de litisconsórcio ativo necessário unitário, uma vez que parte da cessão do imóvel foi destinada a pessoa que não integra a demanda; e **d)** ocorrência de julgamento *extra petita* e de excesso na execução, em face da aplicabilidade dos juros de mora em momento anterior a julho de 2015.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 835).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial ante a falta

de ofensa aos arts. 141, 489, 492 e 1.022 do CPC/2015, bem como pela ausência de vulneração aos dispositivos tidos por violados, pela incidência da Súmula n. 7 do STJ e pela não demonstração do dissídio jurisprudencial (e-STJ, fls. 836-837).

Brevemente relatado, decido.

Consoante análise dos autos, a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente.

É o que se extrai do seguinte trecho dos embargos de declaração (e-STJ, fls. 829-830):

A leitura do acórdão embargado deixa claro que a matéria aduzida no agravo de instrumento foi analisada integralmente, não havendo, pois, que se falar em obscuridade, contradição, omissão.

Cabe apenas ser dito que não há nada o que ser decidido no que tange a alegação referente à acessão inversa e ao argumento de validade do instrumento de cessão e transferência de direitos e obrigações, na medida em que o processo está em fase de execução, no qual a responsabilidade dos executados já foi reconhecida.

Assim, como se vê, o embargante não apontou qualquer falha que autorizasse a dedução destes embargos. Pretende, na verdade, a rediscussão de questões já decididas, o que demonstra que estes embargos possuem caráter nitidamente infringente.

Anote-se, no mais, que o recurso de embargos de declaração não se presta a reformar ou substituir a decisão enredada.

Avançar ainda mais sobre os temas aqui ventilados acarretaria novo julgamento do agravo, procedimento não autorizado pela lei, porquanto os embargos de declaração não constituem meio apto para se obter a reforma do julgado.

Não há que se falar, portanto, em omissão, obscuridade, contradição ou outro vício de julgamento de qualquer espécie, pois as questões abordadas no recurso foram devidamente fundamentadas e analisadas de maneira expressa e coerente. O que passa daí é uma questão de certo ou errado e, nesse passo, o inconformismo da parte com relação ao disposto no acórdão deve ser alegado mediante o recurso próprio cabível.

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todos os pontos suscitados pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito na hipótese.

Outrossim, verifica-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não havendo se falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Ademais, no tocante ao julgamento *extra petita*, à ilegitimidade passiva e à ofensa à coisa julgada, constata-se que as matérias não foram objeto de apreciação pelas instâncias ordinárias, tendo em vista que nem sequer foram apontadas nas razões dos embargos de declaração opostos na origem (e-STJ, fls. 818-824). Portanto, ficou configurada a ausência de prequestionamento, de modo a atrair a incidência das Súmulas 282 do STF e 211 do STJ.

Oportuno assinalar que a jurisprudência deste Tribunal Superior é tranquila no sentido da necessidade de prequestionamento dos dispositivos que se entendem violados, mesmo em se tratando de matéria de ordem pública.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO - VIOLAÇÃO À COISA JULGADA - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - NECESSIDADE - ACUMULAÇÃO DE PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE E BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - POSSIBILIDADE.

1. Os artigos 267, inc. V, 467, 471, inc. I, do CPC, e a tese de afronta a coisa julgada, não podem ser conhecidos por ausência de prequestionamento.
 2. É tranquila a jurisprudência desta Corte no sentido de que, mesmo as matérias de ordem pública, necessitam do prequestionamento para serem analisadas em sede de recurso especial.
 3. Com base no disposto nos arts. 53, II, do ADCT e 4º, *caput*, da Lei n. 8.059/1990, a pensão especial de ex-combatente é passível de cumulação com benefícios de cunho previdenciário junto ao INSS.
 4. Agravo regimental não provido.
- (AgRg no AREsp n. 196.847/RJ, Relator Ministra ELIANA

CALMON, Segunda Turma, julgado em 13/8/2013, DJe 20/8/2013).

Além disso, o acórdão recorrido afastou a nulidade em relação à necessidade de litisconsórcio ativo necessário, tendo em vista que esse óbice já estaria superado, porquanto o processo encontra-se em fase de execução. No que concerne à desconsideração da personalidade jurídica, asseverou que a Associação dos Compradores do Condomínio Maison Classic São Carlos, não obstante esteja regularmente constituída, não se configura como pessoa jurídica com autonomia patrimonial, uma vez que não possui patrimônio independente dos membros que a integram.

Confira-se o seguinte trecho extraído do aresto combatido (e-STJ, fls. 733-735 - sem grifo no original):

Igualmente não prospera a alegação de que o processo deveria ser declarado nulo, ante a ausência, nos autos, do litisconsorte ativo necessário, que foi quem adquiriu, por meio de instrumento de cessão e transferência de direitos e obrigações, 1/3 (e depois 2/6) do terreno objeto do feito de origem.

Isso porque, referido óbice suscitado já está superado, haja vista que o processo encontra-se em fase de execução. E, ainda que assim não fosse, tal contrato foi pactuado antes da propositura da demanda de que aqui se cuida e obrigou somente as partes contratantes, uma vez que tal cessão sequer foi averbada na matrícula do terreno em questão. Ademais, consoante ponderou o magistrado “a quo”, no caso, não há prejuízo à parte executada no que toca à composição do polo ativo da lide, uma vez que cabe ao Juízo deliberar sobre o destino do pagamento do débito.

Já com relação à questão da possibilidade de aplicação da desconsideração da personalidade jurídica da associação para atingir o patrimônio dos associados, insta observar que tal questão já foi abordada em recurso anterior, distribuído a esta relatoria (AI 2178778-36.2015.8.26.0000).

Nesse sentido, repise-se que, consoante entendimento proferido naquela oportunidade, de fato, em razão do princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica em relação aos seus sócios (ou associados), não há como se aplicar a citada medida sem que estejam presentes os requisitos do desvio de finalidade ou da confusão patrimonial previstos no artigo 50 do Código Civil.

No entanto, no caso vertente, não há que se falar em aplicação da *desregard doctrine*, vez que a Associação dos Moradores do Condomínio Maison Classic São Carlos, a despeito de ter sido regularmente constituída, não se configura como pessoa jurídica com autonomia patrimonial, isto é, não possui patrimônio independente dos membros que a integram, sendo, portanto, desnecessária a sua

desconsideração por haver apenas um único patrimônio em questão: o dos associados.

Note-se que a sobredita associação foi criada apenas com a finalidade de dar continuidade à obra iniciada pela construtora falida, tendo sido utilizada simplesmente para conglomerar os interesses convergentes de seus associados, o que destoa da ideia de constituição de uma pessoa jurídica, com patrimônio distinto do de seus associados, para a execução de atividades sem fins lucrativos típicas de uma associação privada (art. 53, do Código Civil).

Nessa conformidade esta Colenda Câmara, quando do julgamento do recurso de apelação nº 0000925-98.2010.8.26.0566, de relatoria do ilustre Desembargador Francisco Loureiro, interposto em face de decisão proferida nesta mesma ação, assim se pronunciou a respeito do tema: “dada a peculiaridade dessa associação, que não passa de uma figura criada em razão da convergência de interesses dos adquirentes, é justo que o patrimônio dos associados responda pela dívida que está sendo executada”.

Corroborar esse entendimento, ainda, o fato de que, caso a associação tivesse obtido êxito nesta ação, os benefícios econômicos por ela auferidos seriam recolhidos pelos seus associados e não pela associação. Ademais, o próprio estatuto social da entidade deixa claro no seu artigo 24 que os associados respondem pelas obrigações assumidas pela associação, confirmando o que já fora dito até aqui.

Assim, seguindo esse raciocínio, correto o entendimento esposado na decisão agravada que, ao salientar que, **diante da subrogação dos adquirentes nos direitos, nas obrigações e nos encargos relativos à incorporação, o impugnante-associado é responsável, além do adimplemento de sua quota-parte na obrigação, também pelo pagamento dos juros a ela correspondentes, desde seu termo inicial, não havendo, portanto, que se falar em excesso de execução.**

Diante disso, as demais questões levantadas pelo agravante em seu extenso arrazoado encontram-se superadas pelos demais fundamentos deste voto.

Nesse contexto, atentando-se aos argumentos trazidos pelo insurgente e aos fundamentos (acima destacados) adotados pela Corte estadual, verifica-se que estes não foram objeto de impugnação específica nas razões do recurso especial. Assim, a manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, válido tanto para os recursos com fundamento pela alínea *a* como pela alínea *c* do permissivo constitucional.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÕES DE NULIDADE DE INTIMAÇÃO, PRESCRIÇÃO DO FEITO EXECUTIVO E IMPOSSIBILIDADE DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. ÓBICES SUMULARES E INOVAÇÃO RECURSAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NÃO CABIMENTO, NESTA SEDE, UMA VEZ QUE AUSENTE O REQUISITO DO PREQUESTIONAMENTO.

1. A ausência de impugnação específica das razões pelas quais o Tribunal a quo deixou de conhecer da matéria atrai o óbice das Súmulas 283 e 284 do STF.

[...]

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp n. 1.443.474/CE, Relator Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, julgado em 2/6/2015, DJe 15/6/2015)

Ademais, para infirmar as conclusões das instâncias ordinárias, seria imprescindível o reexame das provas carreadas aos autos e de cláusulas do contrato, o que é inadmissível nesta instância extraordinária, consoante dispõem os Enunciados n. 5 e 7 da Súmula desta Corte.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator